



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Graduação em História

Matheus Eurich Arrais

A MARCHA PARA O OESTE E O ESTADO NOVO: A CONQUISTA DOS SERTÕES

Artigo de conclusão de curso, como requisito total para a
obtenção de título em graduação em História.
Orientadora: Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso

Brasília/DF

2016

Matheus Eurich Arrais

**A MARCHA PARA O OESTE E O ESTADO NOVO: A CONQUISTA
DOS SERTÕES**

Artigo de conclusão de curso, como requisito total para a obtenção de título em graduação em História.

Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso (HIS/PPHIS-UnB)

Presidente

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/PPHIS-UnB)

Prof. Ms. Clerismar Aparecido Longo (Membro externo)

A Marcha Para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões

Matheus Eurich Arrais¹

Resumo

A Marcha para o Oeste foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas (1930-1945), especificamente no Estado Novo (1937-1945). O projeto governamental de Vargas a época visava consolidar um estado intervencionista e nacionalista em diversos setores, como, por exemplo, na divulgação do regime. A partir da análise das revistas Cultura Política e Oeste, além do livro Marcha para o Oeste associados aos discursos de Vargas proferidos à época da Marcha, esse artigo tem como objetivo mostrar que os órgãos de controle das propagandas arquitetaram toda a construção da Marcha visando legitimá-la no imaginário popular. Os símbolos foram muito importantes para a produção das propagandas, o que os torna indispensáveis para a análise das revistas e do livro. Portanto, ao lidar com essas fontes, o historiador tem a possibilidade de ater-se à construção dos seus significados. Em suma a intenção é mostrar, como se construiu um projeto de integração da nação com características pré-definidas pela ideologia do Estado Novo e como isso permeou toda a concepção da Marcha Para o Oeste.

Palavras-chave: Marcha para o Oeste. Ideologia. Propagandas.

Abstract

The March to the West was a movement that occurred during the Vargas Era (1930-1945), specifically on New State (1937-1945). In those days, the Vargas government aimed to consolidate a nationalist and interventionist state, such as, tax breaks, lowered duties, and

¹Graduando em licenciatura de História na Universidade de Brasília. E-mail: matheus_arrais@hotmail.com

import quotas to expand the domestic industrial base. Based on the analysis of “The Culture Policy and West” magazines, in addition to the book "March to the West" connected with the Vargas speeches given at the time of the march, this article have goal to show organs of control of advertisements designed to construct legitimate of the march on the popular imaginary. The symbols were very important for the production of the advertisements, which makes them indispensable for the analysis of the magazines and the book. Therefore, in dealing with these sources, the historian has the possibility to stick to the construction of meanings. The intention is to show how a project of integration of the nation with characteristics pre-defined by the New State ideology was constructed and how this permeated the entire conception of the March to the West.

Keywords: March to the West. Ideology. Advertisement

A centralização do poder foi uma marca acentuada do governo de Getúlio Vargas nos anos que antecederam ao Golpe de 1937. No Estado Novo essa característica intensifica-se, somada a um nacionalismo exacerbado. Para Vargas, o Brasil deveria passar por um processo de urbanização, mas sem ignorar os projetos de apoio à população. Existia uma identificação entre Estado e nação, que se aliara à concentração da autoridade do Estado na figura do presidente, dispensando assim a presença de intermediários, ou seja, não era preciso que partidos e assembleias traduzissem interesses particulares, e possivelmente desagregadores. Estava, dessa forma, instaurada uma nova modalidade de Estado: forte, centralizador e antiliberal.

Na década de 30, modernizar o Brasil seria não apenas direcionar os investimentos nos transportes, na saúde e na educação, era preciso também reunir todos os territórios, controlá-los de maneira a ser possível unir a população com vistas à segurança nacional. A partir dessa perspectiva pressupunha-se que o Brasil superaria suas “amarras” coloniais no que se refere ao processo de ocupação e o “sertão”² passaria a integrar o processo de desenvolvimento de cidades e indústrias. Isso seria possível apenas se todas as regiões estivessem interligadas.

Para Ângela de Castro Gomes:

O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégia para a segurança nacional um efetivo controle sobre povo e

² Segundo Janaina Amado: "Sertão", já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado às benesses da religião, da civilização e da cultura". PP. 148-149.

território, cuidando-se das fronteiras do país, ameaçadas, quer por inimigos externos, quer por inimigos internos.³

Os arquitetos do Estado Novo justificaram as reformas realizadas a partir de 1937 como necessárias para concretizar o progresso. Vargas discursou assim, em 1940:

Marchamos para um futuro diverso do que conhecíamos em matéria de organização econômica, social e política. Os velhos sistemas e fórmulas antiquados entraram em declínio. Não é, porém como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuado e fecundo de uma nova era.⁴

Com o intuito de pensar esta conexão entre os estados Getúlio lança em 1938 a Marcha para o Oeste. O projeto da Marcha visava proteger o território a partir do povoamento para o interior. Assim foram criadas comissões e órgãos do governo para avaliar como se daria a efetivação do projeto e a ocupação territorial. Várias missões foram instituídas sendo que essas tinham como destino o sertão para realizar análises do solo e dimensionar como ocorreria a migração.

O Estado Novo, por meio da Marcha, tinha como pretensão controlar tanto o território, quanto a população. Vale lembrar que a Marcha foi observada de perto pelo governo, Getúlio procurou monitorar todas as ações referentes ao projeto de ocupação em que se fez presente o lema da luta para o estabelecimento da unidade da nação. A partir da criação do mito da unidade nacional estabelecido por um líder carismático, que estivesse ligado às massas, a Marcha acabou servindo para mascarar os conflitos sociais e criar um clima de euforia e cuidado na população. Vargas exerceu o que Weber denominava como dominação carismática, pois através de um “conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados ou no interior de um único Estado”⁵. Ele controlou e estabeleceu as formas de gestão do Estado brasileiro durante o período de 1937 a 1945. Os órgãos do governo trabalharam muito forte na produção de propagandas que enaltescessem a Marcha e sua importância para o Brasil superar a sua condição de país subdesenvolvido. Sendo assim, Vargas com o projeto da Marcha cai “nos braços do povo”. Segundo Maria Helena Capelato e Silvana Goulart:

³GOMES, Ângela de Castro. 2013. **Olhando para Dentro**. Vol.4. P.46

⁴CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena**. P.146

⁵WEBER, Max. **Política como vocação**. In: Ciência e Política, duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993, P. 55 – 124.

O DIP atuou na difusão sistemática do projeto político-ideológico do Estado Novo, auxiliando na criação de uma base social que procurou legitimar as propostas de unidade nacional, de harmonia social, de intervencionismo econômico e de centralização política.⁶

À medida que analisamos as matérias de revistas notamos ter sido necessário buscar além do que está explícito, encontrar algo que foi silenciado, além de ater-se aos possíveis esquecimentos contidos no decorrer das narrativas dos textos publicados, pois devemos sempre lembrar que as matérias publicadas passam por uma seleção e posterior aprovação para que constem no exemplar a ser distribuído. Segundo Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas “um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente⁷”. No Estado Novo, quando analisamos algumas matérias jornalísticas é possível perceber que as mesmas eram feitas buscando um objetivo, que no caso específico da Marcha era criar o mito da unidade territorial e divulgar o Oeste no imaginário popular por meio de símbolos. Essas propagandas estavam ligadas ao projeto do governo Getúlio Vargas. As justificativas da Marcha estavam contidas nos discursos de cunho ideológico que, muitas vezes, acompanharam as campanhas para sua efetivação enquanto um projeto importante para a inserção do país na modernidade. Uma das preocupações do governo foi ressaltar as expedições como fruto do espírito nacionalista com o objetivo de integrar a pátria. É interessante salientar que nos acampamentos montados ao longo da Marcha existiram momentos de solenidade, como quando era hasteada a Bandeira Nacional e cantado o Hino Nacional. Também se pode ver a ampla divulgação da Marcha nos diversos meios de comunicação, tais como jornais, revistas, livros para reforçá-la no imaginário social como um projeto essencial à nação.

Os elementos espaciais e suas representações formam um campo favorável à atuação do historiador, como mostra Chartier: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.⁸ Portanto, o momento que a Marcha para o Oeste ocorreu é construída a partir do controle estatal e moldada pelos órgãos governamentais responsáveis pela divulgação do Oeste, ressaltando que era uma terra rica e livre. A realidade social era outra e o governo soube aproveitar-se disso utilizando propagandas que ressaltavam as qualidades do sertão. Portanto, a partir dessa ideia

⁶ CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena**. P. 31

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **História e Análise de textos**. P. 377. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. [S.l.], DIFEL, [S.d.]. 2.ed. p. 17.

pode-se associar o controle do governo sob a população. Getúlio Vargas discursou no Primeiro de maio de 1938 acerca da Ordem e do Progresso como catalisadores do seu plano de governo. Segue um fragmento do discurso:

Um país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão...para a prosperidade e para a grandeza do Brasil.⁹

Nota-se que a reportagem busca destacar o coletivo, além de uma influência do positivismo. Ou seja, por meio do “coletivo trabalhador” disciplinado pelo “pai da nação” seria possível ter progresso. A Marcha seria viável nesses termos, e consequentemente buscaria trazer desenvolvimento para o Brasil.

A realização da marcha, além de conquistar o apoio da população contou com a ajuda de empresários paulistas que fizeram doações às diversas expedições para reconhecimento do solo convencidos pelo discurso nacionalista, de lembrar as bandeiras dos séculos passados. A lembrança das bandeiras serviu de inspiração para diversos participantes da Marcha ao sertão. Inclusive em várias propagandas da época, nota-se a retomada do mito da colonização. Era como se o Brasil estivesse sendo recolonizado por Vargas. A colaboração intelectual ao programa de Getúlio Vargas contou com uma publicação de Cassiano Ricardo¹⁰ intitulada *Marcha Para Oeste*: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil, editada em 1940. Abaixo um pequeno trecho do livro “Marcha para o Oeste” que representa o ideário das bandeiras na Marcha.

A origem da democracia, no Brasil, está na bandeira e daí o motivo por que me detenho mais nesse fenômeno. A ideia do governo forte para realizá-la, também. Este não é, entre nós, uma invenção de última hora, mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido.¹¹

O governo precisava produzir um material que justificasse o projeto Marcha para o Oeste. E para isso o uso de símbolos seria indispensável. Nesse caso, o ato de relacionar a

⁹ CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. P.147.

¹⁰ Cassiano Ricardo nasceu em São José dos Campos em 26 de julho 1894 e morreu em 14 de janeiro de 1974. Jornalista e poeta, representante do movimento modernista de forte tendência nacionalista. Além disso, esteve associado aos grupos *Verde-Amarelo* e da *Anta*, e foi o fundador do grupo da *Bandeira*. Vale ressaltar que deixou os dois primeiros quando foram se aproximando do integralismo. Compôs o governo Vargas já em 1934. Trabalhou como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do jornal *A Manhã*.

¹¹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*, 1940. P.16

Marcha às bandeiras, ou seja, retomar o mito da colonização. Getúlio Vargas iria recolonizar o Brasil. Por isso, a Marcha é necessária para entendermos as relações do governo com a população. Em um discurso de 1938 Vargas ressaltaria a importância econômica e história, já que o Oeste continha “a pura essência da identidade nacional”¹² por causa da ocorrência das bandeiras paulistas naqueles territórios. O trabalho dos produtores da propaganda varguista seria relacionar o fato de um território ter sido explorado por bandeirantes séculos antes e ainda não estar definitivamente conquistado, além de ressaltar que poderia ser bem rentável para possível exploração.

O imaginário social na constituição da Marcha Para o Oeste representou a concepção de figuras e imagens da "realidade" de uma sociedade que Vargas pretendia construir. Esta "realidade" foi construída, interpretada, lida por cada brasileiro imerso na sociedade naquele momento histórico social particular de um Estado ditatorial. No caso da Marcha Para o Oeste, a ideologia da presidência da República estava refletida na concepção da Marcha. Isso significa, por exemplo, que o modelo de homem lançado pelo presidente seguiria a sua definição, a do trabalhador disciplinado e patriota. Por isso, a Marcha tem um padrão de condução visto em outros projetos do Estado Novo.

Na obra de Cassiano Ricardo, o autor sintetiza o seu pensamento acerca das origens do Estado e da nação brasileira, que começa com “a saga bandeirante”, pois ela adentrou o inóspito sertão nos séculos XVI e XVII, dando início à formação social do Brasil, baseada na hierarquia de raças, no comando forte e na harmonia do convívio entre as etnias¹³. A história do Brasil é contada desde as bandeiras, passando pela industrialização de São Paulo e avançando para a proposta de conquista do oeste no governo do presidente Getúlio Vargas¹⁴. Conforme Cassiano Ricardo, esse seria o “sentido bandeirante” instaurado pelo ex-presidente. Desse modo, o Estado Novo, como refundador das bandeiras, após séculos, seria responsável por concretizar o que havia sido iniciado no século XVI: a conquista e a consolidação do próprio território a partir de um “espírito de união”, pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam cobiçar e até mesmo se apoderarem dos grandes espaços

¹² CAPANEMA, 2011, P.1.

¹³ A aliança da raça descobridora (paulistas) do sertão com a raça da terra (índios), “sem ódio e sem preconceito de cultura”, resultou em uma nova categoria de povo. O mameluco teria exercido um papel decisivo na bandeira, mas as três raças teriam contribuído para a expansão das bandeiras. A principal preocupação do autor é garantir a originalidade brasileira instintivamente tracejada pela bandeira. Ao praticar a “democracia cristã”, a bandeira teria explicitado a vocação republicana e democrática do país e delinear um modelo instintivo de Estado.

¹⁴ CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

vazios do país. No entanto, Cassiano Ricardo faz mais do que defender o Estado Novo. Ele procurou, sobretudo, definir a missão deste "governo forte" e o papel que os intelectuais deveriam assumir em seu interior¹⁵.

Segundo o historiador José Luiz Andrade Franco, a obra contou com financiamento e influência direta do Presidente Getúlio Vargas tornando-se um veículo oficial de propaganda do governo nacionalista, que a utilizava para divulgar assuntos de interesse político, administrativo e ideológico¹⁶. Nota-se que Cassiano Ricardo produziu a sua obra com um objetivo bem claro: o de inserir a Marcha no imaginário popular. O Estado Novo buscou construir o sentimento de patriotismo e nacionalismo na população brasileira a partir de uma agenda que traduzisse a unidade e a identidade nacional. Por isso podemos analisar diversos trabalhos de intelectuais a época que buscavam, por meios de símbolos, divulgar a Marcha para o Oeste. Como em diversos regimes a divulgação ocorreu nas escolas e nas festas e comemorações¹⁷. A importância da questão territorial, mais especificamente a ampliação de fronteiras como complemento a construção de uma identidade nacional no Brasil, é um fator importante quando tratamos da Marcha para o Oeste. O DIP era a extensão da forte intervenção estatal, mas nos meios de comunicação e na cultura. O Estado estava presente em diversos meios, por isso esses dois não ficaram para trás, uma vez que eram indispensáveis para divulgação do Oeste e constituição do homem brasileiro.

Além do livro de Cassiano é possível compreender como a imprensa procurou construir simbolicamente a Marcha para o Oeste quando analisamos as revistas *Cultura Política* (1941-1945) e *Oeste* (1942).

A revista *Cultura Política* foi um dos espaços onde melhor foi expresso o apoio de intelectuais ao novo regime. Para a historiadora Mônica Velloso, os intelectuais ligados à revista tinham a função de atualizar o discurso oficial estadonovista, justificando a política nacionalista e intervencionista do governo¹⁸. A revista tinha como interlocutores alguns intelectuais de grande projeção na época, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral,

¹⁵ CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

¹⁶ DUTRA, Sandro; FRANCO, José Luiz; MIRANDA, Sandro; TAVARES, Giovana Galvão. **Fronteira, História e Natureza: a construção do Oeste Brasileiro (1930-1940)** P.11-13.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. Com o Estado Novo a alfabetização teve a sua importância não apenas na infância, mas em todas as idades. Os livros didáticos passaram ser produzidos pelo que foi estabelecido pelo regime estadonovista no campo da educação P.230

¹⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. 1982.

Francisco Campos, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre. O público alvo eram as elites intelectuais, que estavam mais voltadas para as análises políticas, econômicas e sociais do Estado brasileiro expostas nas páginas do impresso. Sua proposta central era constituir-se em um centro de estudos brasileiros voltado para a definição e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais pelas quais o país passava. O cunho oficial que a revista possuía, por ser editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), oferecia aos intelectuais a oportunidade de participar da legitimação do regime e de sua formulação doutrinária¹⁹.

A revista *Oeste* foi publicada de julho de 1942 até dezembro de 1944. O foco dessa revista é o Estado de Goiás, inclusive sendo considerado o “batismo cultural da nova Capital do Estado (Goiânia), pois relatou diversos aspectos da fundação dessa cidade.” Era um dos veículos oficiais do governo. Mas, vale destacar três momentos distintos: no primeiro ela produziu artigos de literatura, contos e poesias; no segundo, além desses, estiveram presentes discussões político-ideológicas com a divulgação dos ideários e feitos de Getúlio Vargas: no terceiro e último momento, a revista fugiu um pouco do seu objetivo cultural voltando-se para campo político-ideológico.

Chartier sinaliza a importância do suporte que veicula uma informação, afirmando, em seu livro *A História Cultural*, ser “necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas por meio das quais ele chega ao seu leitor”²⁰. Ou seja, para Chartier era necessário enfatizar que a aparência exterior de um periódico ou o suporte por meio do qual a informação chega ao leitor tem grande importância. Em uma primeira leitura é possível perceber que essas obras tinham como norte uma divulgação intensa da Marcha. Portanto, o momento de efetivação da Marcha para o Oeste foi feita sob o “escudo” do controle estatal, sendo a mesma moldada pelos órgãos governamentais responsáveis pela divulgação do Oeste, onde eram destacadas as características de uma terra rica e livre. Mesmo a realidade social dos moradores do sertão serem precárias, o governo construiu um discurso que ressaltavam somente as qualidades do sertão, todos os problemas eram intencionalmente omitidos. Portanto, a partir dos usos de símbolos que

¹⁹ SCHWAB, Mariana de Castro. **Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945)**. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Fortaleza, 2009. Anais. Fortaleza: UFCE, 2009.

²⁰ CHARTIER, 1990, P.127.

remetiam a possível ideia de prosperidade veiculados permanentemente nos periódicos percebe-se uma tentativa de controle do governo sob a população no que se refere ao convencimento dessa para os propósitos da Marcha. Isso pode ser observado no trecho de um discurso de Vargas:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial²¹.

O interesse por recursos naturais era tanto que estudiosos, como Zoroastro Artiaga, participaram em várias publicações na *Oeste*. Estudou em Osaka, no Japão, a respeito das minas de níquel, pois foram identificadas também no atual município de Niquelândia. A viagem foi relatada em uma edição da revista de 1943:

(...) fizemos um reconhecimento geológico numa extensão imensa, e nossos estudos foram, mais tarde, secundados pelos americanos do norte que estimaram em dez milhões de toneladas metálicas a reserva da primeira jazida prospectada.²²

Inclusive, além de divulgador, em outro artigo na revista *Oeste*, em 1943, Artiaga clamou pela vinda de investidores nas regiões com riquezas minerais descobertas por ele.

Nada pagarão aqueles que, devidamente investidos de autorização legal, queiram se enriquecer com a exploração de jazidas inúmeras [...], onde abundam, já, os novos ricos.²³

A “chamada de atenção” para a riqueza natural do Brasil visava atrair pessoas para colonizar o sertão e potencialmente ficarem ricas, por isso, a Marcha para o Oeste tem um discurso próximo ao das Bandeiras do século XVI. Nesse trecho destaca-se a relação de um passado rico com um futuro promissor. Associar a Marcha aos trunfos do passado, baseando-se nas bandeiras paulistas dos séculos XVII e XVIII, foi algo muito importante para criar um sentimento de otimismo entre os cidadãos. No imaginário social a Marcha Para o Oeste, portanto através da participação popular seria capaz de construir uma identidade coletiva. Nos fragmentos dos discursos de Vargas é possível perceber essa perspectiva como um dos focos das propagandas e dos discursos do Estado Novo. Além disso, Era Vargas é

²¹ VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, P.124.

²² Revista *Oeste*, ano II, Nº 11, 1943, PP. 434-435

²³ Revista *Oeste*, ano II, Nº 05 1943, P.189

sinônimo de industrialização no Brasil. Vale lembrar que as indústrias de base criadas no período, que precisariam de minerais para desempenhar o seu papel. Então, convencer a população da importância disso era algo extremamente importante para Vargas.

Desse modo, temos o discurso do governo se relacionando à Marcha. Diante dessas questões é necessário observar que as representações não se constituem como a realidade, mas sim como construções de grupos ou pessoas com o intuito de explicar a realidade.²⁴ Essas construções possuem significados que não estão explícitos. Assim dependendo da força política e social, as representações são assimiladas como verdades. Sandra Pesavento afirma que:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.²⁵

Em outro discurso de Vargas, esse realizado em 1940, é destacado o fato de quem está excluído da cultura passar a ter esse benefício, portanto contrapondo-se à indeterminação e ao pluralismo.

“Não tenho, como é moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração... No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade.”²⁶

Para entendermos melhor como que as propagandas, as matérias jornalistas, e os periódicos são importantes para qualquer regime ditatorial, recorreremos a Bronislaw Backzo, que atenta para o fato de o imaginário ser moldado pelo coletivo para criar a ideia de desenvolvimento via corporativismo, e isso é o foco das análises de Backzo. Nesse trecho podemos ver isso:

Se nos virarmos para as ciências humanas, é fácil verificar que a imaginação, acompanhada pelos adjetivos ‘social’ ou ‘colectiva’, ganhou também terreno no respectivo campo discursivo e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. As ciências humanas mostravam porém que, contrariamente aos slogans que pediam ‘a imaginação ao poder’, esta sempre tinha estado no poder. O paradoxo é apenas aparente. Os slogans exaltavam somente as funções criadoras da imaginação e, ao investirem o termo com funções simbólicas, concentravam nele as aspirações a uma vida social diferente, outra. Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial,

²⁴ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.39

²⁵ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 P.41.

²⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena*. P.101

no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.²⁷

A base ideológica do Estado Novo buscava divulgar a Marcha a partir de aspectos nacionalistas, tais como: a valorização da “brasilidade” e o discurso de integração do sertão ao resto do território já assegurado.

A ideologia (conceitualmente) pode estar ligada a questões políticas, econômicas e sociais. O senso comum diz que ela se refere a um conjunto de ideias ou pensamentos de uma pessoa ou um grupo de indivíduos. Por meio dos órgãos de controle a Marcha teve a sua propaganda toda pensada e visando divulgar e representar o que existia por trás da Marcha para o Oeste. Tendo isso em mente, e baseando-se em Karl Marx que diz que a “[...] Ideologia denotava ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação de determinado extrato da sociedade sobre outro e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência²⁸”. No trecho da revista *Cultura Política* observa-se que era importante definir o que era a ideologia do Estado Novo e o convencimento da população para aceitar isso. Segue abaixo:

Por isso, quanto maior é a consciência política de um povo, mais intensamente será ele capaz de afirmar a sua cultura em face do mundo. A indiferença das elites culturais pela política é um índice de debilidade – que tanto pode exprimir uma falta de madureza como um sintoma de decadência. Uma cultura que não se organiza – que não se organiza para defender-se, para afirmar a sua pujança e a sua consciência de si mesma – ainda não é uma cultura superior. Um povo que se sente apenas culto, e não ainda politicamente culto, ou não chegou á fase adulta, ou já alcançou a decrepitude.²⁹

Havia sim um objetivo de definir o que era a cultura brasileira e o brasileiro, com base no nacionalismo. Lembrando que o governo Vargas trata-se de um período de ditadura, que tentava abafar qualquer tentativa de protesto. Mas, a figura de Getúlio Vargas disfarçou o seu projeto de nação. Ele soube usar a seu favor todo o carisma que tinha para divulgar o domínio dos sertões. O “pai” dos pobres denotava a ideia de cuidar dos “seus filhos” que eram incapazes de escolher o melhor para eles mesmos. Portanto, a partir disso o golpe do Estado Novo foi justificado. Em um trecho da Revista *Oeste* é possível notar isso:

²⁷ BACKZO, Bronislaw. “A **imaginação social**” P.30-54-297-403 In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

²⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13.ed. Brasília: UnB, 2007. 2 v.

²⁹ *Cultura Política*. Ed. 1 1941 P.10-13

A laboriosa população da cidade de Anápolis recebeu festivamente, em data de 8 de janeiro transato, a visita do interventor Pedro Ludovico (...) Sua Excelência, são que tem das realidades nacionais, confessando do mesmo “que foi preciso que o Chefe da Nação desse o golpe de 10 de novembro de 1937, a fim de que o país não retornasse á orgia liberal da qual a revolução de 30 o tirara.”³⁰

Por meio de atitudes nacionalistas, desde um momento de solenidade para cantar o hino nos acampamentos a propagandas em revistas, criadas justamente no período em que ocorria a Marcha. Lembrando também que Vargas desde o início já tinha planos para povoar e colonizar o Oeste

No caso da Marcha para o Oeste, por meio dos periódicos selecionados as análises procuram englobar a maneira como se encaixaram os símbolos, com o objetivo de passar a ideia de um líder, no caso Vargas, cuidando de sua nação a partir do momento em que está expandindo o território, em tom altamente nacionalista. A revista *Oeste* em sua última fase começou a defender o ideário desenvolvimentista e estadista do Estado Novo, além dos seus aliados, regionais e nacionais.³¹ A construção da ideologia varguista aparece nesse trecho da revista, que é uma manchete da primeira edição da revista (já marcada pelo conservadorismo característico do periódico). “Um povo bem instruído, vendo a necessidade da nação, abraça, e sofre, sem murmurar, os impostos, e considerava o Governo seu maior bem”. Em outro trecho:

O Presidente Vargas incluiu em seu programa 100% patriótico, o de sanear, transformar aquele meio hostil e evitado em um ambiente são, onde o homem e a terra sejam valorizados. E nós bem o sabemos, a promessa está se tornando realidade.³²

Nota-se que o discurso varguista procura englobar além do “novo homem brasileiro” todas as riquezas naturais do Brasil ao plano de expansão para o Oeste.

Segundo Maria Helena Capelato: A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. (p.52). Então, os símbolos também vistos por meio dos objetos, como retratos, pinturas ou desenhos. A divulgação da Marcha buscava ressaltar a unidade nacional para garantir o progresso do

³⁰ Revista *Oeste*. Vol II. P.60. 1942

³¹ Costa. In. Franco. **Fronteira, História e Natureza: a construção do Oeste Brasileiro (1930-1940)**. P.10.

³² Revista *Oeste* p.190

Brasil. O Estado buscou intervir com a Marcha para resolver os problemas de desequilíbrio entre ruralismo e urbanismo.

As matérias jornalísticas foram muito importantes para construir o povoamento do Oeste na população. Ambos estavam disponíveis á população, tanto nos momentos de pronunciamento do presidente quanto em propagandas em revistas (como as utilizadas nesse artigo), além dos eventos cívicos e da educação, que tiveram sua base de construção nos regimes ditatoriais.

Considerações finais

Como afirma Maria Helena Capelato: o jornal e as matérias jornalísticas não devem ser estudados sozinhos³³, assim nas análises desse projeto, focadas nas matérias jornalísticas que propagandeavam os feitos do governo e nos discursos de Vargas durante a Marcha para o Oeste no Estado Novo é possível aproximar o discurso do governo com a disseminação da Marcha como algo positivo á nação. De certa maneira, a Marcha foi importante à população no sentido de ter assegurado a posse do território e gerado novas áreas com possíveis empregos nas no Oeste. Além disso, no âmbito cultural, pode ser definido quem era o brasileiro e como ele agia. Apesar de ser um período ditatorial os projetos de apoio à população não perderam força, e Vargas seguiu “cuidando” dos pobres.

Por fim, apesar de todo o aparato propagandístico de Vargas, o objetivo foi concretizado, pois os territórios passíveis de invasões foram assegurados ao Brasil e iniciou-se uma integração (mesmo que tímida) do litoral com o interior.

As reportagens publicadas nos periódicos não serviam para “disfarçar” o domínio das elites, mas sim para nortear os rumos da nação em um momento de ditadura. Quem não fosse a favor disso sofreria com torturas, prisões e exílio. Ao passo que direitos eram fornecidos ao trabalhador, as revoltas contra o governo eram minimizadas. Por se tratar de um projeto de povoamento, a Marcha foi construída com base em propagandas de órgãos ligados diretamente à Presidência da República a fim de concretizar o pensamento de Vargas acerca de cultura brasileira e nacionalismo. Os regionalismos eram vistos com um problema, então

³³ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1994. P.24

centralizar tudo nas mãos do governo central era importante para concretizar os planos de integração e controle do Estado ditatorial.

Bibliografia

AMADO, Janaina. 1995. **Região, Sertão e Nação**. Vol.8. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas.

BACKZO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Einavodi, s 1. Lisboa. Imprensa Nacional\Casa da moeda, Editora Portuguesa, 1985

BACKZO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**. Mémoire et espoirs collectifs, Paris: Payot, 1984.

BERTRAN, Paulo. 2011. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador)**. 3ª edição. Brasília : EDUnB, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. 2003. **Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

CASSIANO, Ricardo. 1970. **A Marcha para o Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

FRANCO, Yago (1999), “Castoriadis”.
Disponível em: <http://www.magma-net.com.ar/home.htm>.

GOMES, Ângela de Castro. 2005. 65, São Paulo : USP, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. 2013. **Olhando para Dentro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MAIA, João Marcelo Ehlert. 2012. **Estado, Território e imaginação espacial: O Caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro : FGV, 2012.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação**.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: (<http://www.cpdoc.fgv.br>).

SCHWAB, Mariana de Castro. **Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945)**. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Fortaleza, 2009. Anais. Fortaleza: UFCE, 2009.

SERNA, Nelson de Castro (org.). 2010. **Veredas de Brasília: As expedições geográficas em busca de um sonho**. Rio de Janeiro-RJ : IBGE, 2010.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa à Brasília: a invenção de uma nova capital (séculos XIX E XX)**. Brasília : EDUnB, 2009.

WEBER, Max. **A instituição estatal racional e os Modernos partidos políticos e parlamentos**. Economia e Sociedade, vol. II. Brasília: UNB, 2009. Pp. 517 –580

WEBER, Max. **Política como vocação**. In: *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993, P. 55 – 124.